



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
PROCURADORIA JURÍDICA
SEÇÃO DE CONTRATOS



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

LIVRO Nº 031
FL. Nº 947
CONT. Nº 103-2012

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA** E A **R & L ARQUITETURA E DESIGN LTDA**, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA A REALIZAÇÃO DE UM PROJETO EXECUTIVO E COMPLEMENTARES PARA CONSTRUÇÃO DE UM PRÉDIO EM ALVENARIA QUE IRÁ ABRIGAR A BASE DE PRONTIDÃO PARA ATENDIMENTO ÀS SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DE INCÊNDIO E AMBIENTAIS, LOCALIZADO NA ÁREA DO BERÇO 201 NO PORTO DE PARANAGUÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Aos 19 dias do mês de dezembro de 2012, a **ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA-APPA**, entidade autárquica estadual, vinculada à **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, estabelecida em Paranaguá - PR, na Avenida Ayrton Senna da Silva nº 161, inscrita no CNPJ/MF nº 79.621.439/0001-91, doravante denominada simplesmente de **APPA** e representada neste ato pelo seu Superintendente, Luiz Henrique Tessutti Dividino, portador do RG sob nº 11.838.087/SSP/SP e CPF/MF nº 058.594.128-94 e pelo seu Diretor Técnico da APPA Paulinho Dalmaz, portador do RG. nº 877.637-7 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 243.798.169-15, assistidos pela Procuradoria Jurídica, Marcio Cristiano Dornelles Dias, inscrito na OAB/SC sob. nº. 17115, tendo em vista o contido no processo protocolado sob nº 11.539.429-0, Concorrência nº. 014/2012-APPA, devidamente homologado pelo Superintendente da APPA, em 07/12/2012, assina com **R & L ARQUITETURA E DESIGN LTDA**, estabelecida na Rua Adolfo de Oliveira Franco, 155 Bairro Seminário, cidade Curitiba-Paraná, Fone: (41)3228-1154-9928-2077 - inscrita no CNPJ/MF sob nº.13.206.348/0001-81, doravante denominada **CONTRATADA** e representada neste ato pelo Antonio Victor Rodrigues Lobo, portador da CI/RG nº. 38075000-1SSP/PR. e inscrito no CPF/MF sob nº. 033.880.969-45, o presente contrato, sujeito às Leis 8.666/93 e Estadual nº 15.608/07 e mediante as seguintes cláusulas e condições:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROCURADORIA JURÍDICA
SEÇÃO DE CONTRATOS

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II - CEP 83.221-030 - Paranaguá - Paraná



CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:- Contratação de empresa habilitada para a realização de um projeto executivo e complementares para construção de um prédio em alvenaria que irá abrigar a base de prontidão para atendimento às situações emergenciais de incêndio e ambientais, localizado na área do berço 201, no Porto de Paranaguá, conforme especificações técnicas do edital, seus anexos e justificativas, de acordo com o processo protocolizado sob nº. 11.539.429-0-**APPA**.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Ficará a cargo da **CONTRATADA** o fornecimento de mão-de-obra capacitada e especializada para realizar o Levantamento de Campo e execução dos Projetos, conforme disposto nas especificações e na proposta da **CONTRATADA**, sendo que toda e qualquer alteração, objeto deste ajuste, somente poderá ser efetivada mediante prévia e expressa autorização da **APPA** e através da formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO:- A **APPA** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$: 49.856,68(quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - No preço contratado, estão incluídas todas as taxas de qualquer natureza, impostos, despesas decorrentes de licenças, permissões, transportes, estadias, diárias, fretes, embalagens, mão de obra, despesas de origem trabalhistas, previdenciárias bem como todo o material e pessoal necessário para a perfeita execução dos projetos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - Todas e quaisquer obrigações fiscais, trabalhistas e tributárias, oriundas da fazenda federal, estadual e/ou municipal, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato, constituem ônus exclusivos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: - O prazo para a execução dos projetos é de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogáveis por iguais períodos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA: - A vigência do contrato terá início a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço pela **CONTRATADA**, e perdurará até 60 (sessenta) dias corridos após o término do prazo previsto na Cláusula anterior.



CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO: - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, após a aceitação dos serviços pela fiscalização e certificação da Nota Fiscal emitida pela **CONTRATADA**, além das certidões e demais documentos previstos no edital, através de crédito em conta corrente em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação de cobrança na **APPA**.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES: - A **CONTRATADA** estará sujeita as seguintes penalidades:

- 1) Suspensão temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração quando:
 - I - prejudicar o andamento do procedimento licitatório;
 - II - não mantiver sua proposta;
 - III - fizer declaração falsa, na fase de habilitação;
 - IV - apresentar documento falso;
 - V - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
 - VI - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - VII - deixar de apresentar documento na fase de saneamento;
- 2) Aplicação das seguintes multas, incidentes sobre o valor do contrato:
 - a) - irregularidade no cumprimento do cronograma de execução; 0,5%
 - b) - abandonar a execução do contrato; 10%
 - c) - deixar de apresentar, em qualquer momento, durante a vigência do contrato, Certidão de Regularidade Fiscal; 2%
 - d) - agir de má-fé na relação contratual; 5%

PARÁGRAFO PRIMEIRO - APLICAÇÃO DE PENALIDADE: - O procedimento administrativo destinado à apuração do ato faltoso e aplicação da sanção correspondente, será autônomo e obedecerá, quanto aos prazos e forma, o disposto nos artigos 161 e 162, da Lei Estadual nº 15.608/2007.

O procedimento administrativo de apuração de responsabilidade da licitante ou contratada, quando incursa nas hipóteses sujeitas a penalidade de declaração de inidoneidade, será instaurado mediante autorização do Governador do Estado do Paraná.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os eventuais acréscimos ou supressões do objeto contratado, de acordo com as disposições previstas na Lei 8.666/93.



CLÁUSULA SÉTIMA – REGULARIDADE FISCAL: - Para o recebimento de qualquer fatura, a **CONTRATADA** obriga-se a apresentar sua regularidade fiscal, através das certidões negativas de débitos tributários da Fazenda Pública, Federal, Estadual e Municipal, INSS, FGTS e CNDT a qualquer tempo e sempre que solicitada, sob pena de suspensão do pagamento, rescisão unilateral do Contrato e multa, conforme artigo 7 da Resolução Conjunta nº 003/2007 – PGE/SEFA, e artigo 99, inciso XV da Lei 15.608/07.

CLÁUSULA OITAVA- RESPONSABILIDADES: - A **CONTRATADA** responderá diretamente por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, à **APPA** e ao Estado do Paraná, por qualquer forma culposa ou dolosa, excessos praticados durante a execução do contrato, seja por ação, omissão ou negligência.

PARÁGRAFO ÚNICO: - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO: - Os projetos serão fiscalizados e acompanhados por um fiscal designado pela **APPA**, o qual terá a seu encargo a expedição de boletins com todos os detalhes possíveis, com a obrigação e responsabilidade de informar seus superiores, e certificar a documentação de cobrança e outras pertinentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: - As comunicações entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, tais como: ordens de serviço, pedido de materiais e outras, deverão ser sempre por escrito, não sendo considerados quaisquer ajustes feitos verbalmente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: - A **CONTRATADA**, obriga-se a resolver por sua conta, única e exclusiva, as obrigações relativas a pessoal e/ou material, que a juízo da **APPA** não sejam consideradas satisfatórias à perfeita execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECURSOS: - Os recursos para atender as despesas decorrentes deste contrato estão previstos no orçamento da **APPA**, conta rubrica nº. 7731.0000.3042.0000.4490.5101-258.0003, tendo a nota de empenho nº. 7731.0000.201214-1 data 17.12.2012.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
PROCURADORIA JURÍDICA
SEÇÃO DE CONTRATOS

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161, Dom Pedro II - CEP 83.221-030 - Paranaguá - Paraná



CLÁUSULA ONZE – ALTERAÇÃO/MODIFICAÇÃO:- Caso a APPA venha sofrer alteração/modificação na sua estrutura organizacional ou no seu regime jurídico, o presente contrato, continuará a ser regido por suas cláusulas e pela Legislação vigente no momento em que foi constituído e firmado até a sua extinção ou rescisão.

CLÁUSULA DOZE – RESCISÃO:- O contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas, sempre que ocorrer um dos motivos enumerados no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e Artigo 128 e seguintes da Lei 15.608/07.

CLÁUSULA TREZE - FORO: - O Foro para dirimir as dúvidas que venham a ser suscitadas na aplicação do presente instrumento, é o da Comarca de Paranaguá - PR, fazendo, às partes, renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Paranaguá, 18 de dezembro de 2012

LUIZ HENRIQUE TESSUTTI DIVIDINO
SUPERINTENDENTE DA APPA

PAULINHO DALMAZ
DIRETOR TÉCNICO DA APPA

MARCIO CRISTIANO DORNELLES DIAS
PROCURADORIA JURÍDICA DA APPA

ANTONIO VICTOR RODRIGUES LOBO
REPRESENTANTE DA R & L ARQUITETURA

TESTEMUNHA
RG: 5.719.415-4/PR

TESTEMUNHA
RG: